

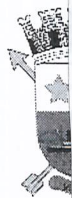


# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## Serviço de Protocolo Geral

Processo: 2356/2017  
Tipo: Projeto de Lei: 78/2017  
Área do Processo: Legislativa  
Data e Hora: 16/02/2017 14:06:09  
Procedência: Davi Esmael Menezes de Almeida  
Assunto: Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bike", no Município de Vitória, e dá outras providências..





CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 111/2017

Processo: 2356/2017

Tipo: Projeto de Lei: 78/2017

Área do Processo: Legislativa

Data e Hora: 16/02/2017 14:06:09

Procedência: Davi Esmael Menezes de Almeida

Assunto: Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bike", no Município de Vitória, e dá outras providências..

Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bike", no Município de Vitória, e dá outras providências.

**Artigo 1º.** Ficam estabelecidas as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como, "Food Bike", no município de Vitória.

**Artigo 2º.** Esta Lei tem como objetivo geral fomentar o empreendedorismo, propiciar oportunidades de formalização e promover o uso democrático, organizado e inclusivo do espaço público.

**Artigo 3º.** Entende-se como "Food Bike" o veículo de propulsão humana destinado à comercialização de gêneros alimentícios de caráter eventual e de modo estacionário, não possuindo ponto fixo nem mesmo concorrendo com o comércio local de forma permanente.

§1º. O veículo que trata esta Lei poderá conter duas, três ou quatro rodas, sendo a traseira acionada por um sistema de pedais que movimentam uma corrente transmissora a ser utilizada para comércio de alimentos e bebidas, nos termos desta Lei.

§2º. O Poder Executivo poderá restringir áreas específicas em que a atividade que trata esta lei será vedada.

§3º. O Município poderá definir padronização de categorias de veículos, observada a definição contida nesta Lei.

**Artigo 4º.** Não há restrição ao tempo de permanência do "Food Bike" no local de exercício de suas atividades, ressalvado, no que couber, à lei federal, estadual e municipal.

**Artigo 5º.** Esta Lei aplica-se a toda comercialização de alimentos ou bebidas, de qualquer natureza, realizada através dos veículos descritos no artigo 3º desta Lei, desde que não sejam proibidos pela legislação brasileira.

**Parágrafo único.** Fica terminantemente proibida a comercialização de bebidas que contenham substância alcoólica.



f DAVIESMAEL t DAVIESMAEL www.DAVIESMAEL.COM.BR

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira- Vitória- ES  
CEP:29.050-625 | (27) 3334-4516



Vereador  
**Davi  
ESmael**  
Deus é a nossa força.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
235602		<i>fe</i>

**Artigo 6º.** O comércio de alimentos e bebidas que trata esta Lei dependerá da autorização concedida pelo órgão municipal competente.

**Parágrafo único.** A ocupação do espaço público ou privado pelos veículos poderá ser concedida a pessoa física ou jurídica que exercerá tal comércio.

**Artigo 7º.** Da autorização concedida, deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I - cópia da carteira de identidade;

II - 01 (uma) foto 3x4 atualizada;

III - comprovante de residência do comerciante ou responsável;

IV - nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio, no caso de pessoa jurídica, ou CPF, na hipótese de pessoa física.

**Parágrafo único.** O exercício da atividade de "Food Bike" não autorizada ou em discordância com a autorização expedida, ficará sujeito à apreensão de mercadoria encontrada em seu poder.

**Artigo 8º.** A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo por descumprimento das obrigações assumidas em decorrência de sua outorga, bem como em atendimento ao interesse público, mediante regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa ao interessado.

**Artigo 9º.** A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias, a fiscalização sobre a produção e o comércio dos gêneros alimentícios e bebidas que tratam esta Lei.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas a serem ingeridas pelo homem, vedado o comércio de medicamentos, com a ressalva do parágrafo único do artigo 5º, desta lei.

**Artigo 10.** É proibido vender, ou expor à venda, em qualquer época do ano, alimentos deteriorados, falsificados ou nocivos à saúde ou ainda acondicionados sem necessário cuidado higiênico, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da Fiscalização Municipal de Vitória e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

**Artigo 11.** A venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, só será permitida quando acondicionados em local apropriado, devidamente vistoriado, pela Vigilância Sanitária Municipal de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada de poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira - Vitória - ES  
CEP: 29.050-625 | (27) 3334-4516



f DAVIESMAEL DAVIESMAEL [www.DAVIESMAEL.COM.BR](http://www.DAVIESMAEL.COM.BR)

Vereador  
**Davi ESmael**  
Deus é a nossa força.





## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
235603		flr

**Artigo 12.** O Município poderá restringir, de forma mais precisa, os tipos de alimentos que poderão ser comercializados nos veículos que trata esta Lei.

**Artigo 13.** As informações sobre os alimentos e bebidas comercializados deverão ser disponibilizadas pelos comerciantes aos consumidores, na forma preceituada pelas normas de legislação sanitária de âmbito federal, estadual e municipal.

**Artigo 14.** A comercialização regulamentada nesta Lei não poderá ocorrer:

I - a menos de 100 (cem) metros de lanchonetes, bares, restaurantes e similares que ofereçam os mesmos produtos ou congêneres, exceto se previamente acordado com os proprietários dos referidos estabelecimentos;

II - em local que possa dificultar a passagem de pedestres.

**Artigo 15.** Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras de ocupação e comercialização de alimentos em vias e logradouros públicos nos termos fixados nesta Lei, sem prejuízo a outras legislações vigentes, ficando os infratores sujeitos às penalidades descritas na Lei Municipal nº 6.080/2003.

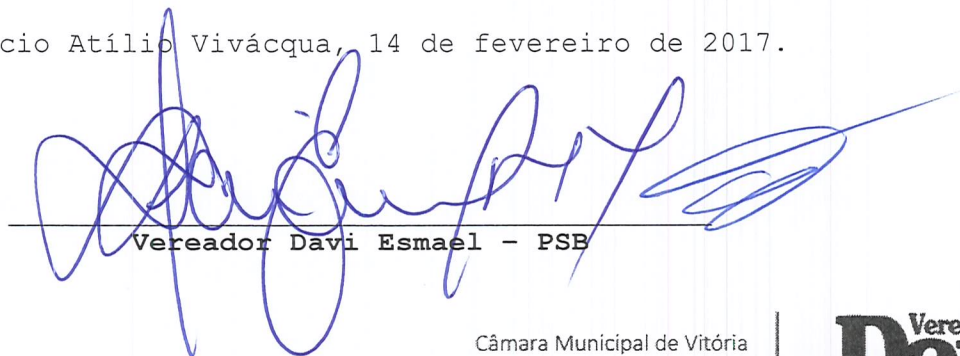
**Artigo 16.** É permitida a permanência simultânea de "Food Bike" e "Food Truck" em uma mesma localidade, desde que ambos sejam compatíveis com o evento a ser realizado na região.

**Artigo 17.** O Poder Executivo Municipal definirá, através de decreto, os locais em que será vedado o comércio que trata esta Lei.

**Artigo 18.** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

**Artigo 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 14 de fevereiro de 2017.

  
Vereador Davi Esmael - PSB

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira - Vitória - ES  
CEP: 29.050-625 | (27) 3334-4516

www.daviesmael.com.br



f DAVIESMAEL t DAVIESMAEL www.DAVIESMAEL.COM.BR

Vereador  
**Davi  
ESmael**  
Deus é a nossa força.





## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2356 09		fe

### JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem como objetivo regular a "FoodBike", que caracteriza-se por veículos não motorizados destinados à comercialização alimentícia de gênero variado e caráter eventual sem ponto fixo.

Importante, destacar que, apesar de ainda não regulamentada, a "FoodBike" é uma atividade popular que tem sido fonte de renda de muitas famílias, além de não concorrer diretamente com o comércio local.

Apesar de ser uma atividade que há bastante tempo tem sido utilizada dentre os modelos de venda de "comida de rua" algumas pessoas iniciaram um processo de inovação, criando e popularizando a figura do "FoodTruck".

A "FoodBike" é uma forma ainda mais inovadora e sustentável que é capaz de abranger um número de pessoas que não teriam condições financeiras para se enquadrarem como "FoodTruck", visto que aquela é menos onerosa financeiramente.

A presente Proposta Legislativa visa tão somente melhorar a qualidade dos serviços prestados, assim como retirar da informalidade muitos comerciantes, que poderão passar a recolher tributos e contribuições sociais, como as previdenciárias. Além disso, a informalidade representa concorrência desleal com os restaurantes e lanchonetes, estabelecidos e consolidados em suas respectivas cidades.

Uma atividade econômica que tem gerado muitos empregos, não pode continuar a carecer de uma regulamentação do Poder Público Municipal e, além disso, é sabido que o estilo de vida urbano é marcado pela agilidade, praticidade e por uma alimentação denominada *fast-food*, sendo assim o comércio de alimentos e bebidas que atenda a esta necessidade deve ser objeto de regulamentação.

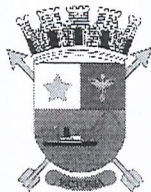


DAVIESMAEL DAVIESMAEL [www.daviesmael.com.br](http://www.daviesmael.com.br)

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira - Vitória - ES  
CEP: 29.050-625 | (27) 3334-4516







CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2356 05		fer

## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

O Município tem competência para tratar sobre o tema, conforme dispõe o artigo 30 da Constituição Federal e 28 da Constituição Estadual:

### Constituição Federal:

**Artigo 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

### Constituição Estadual:

**Artigo 28.** Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

Ademais, importante salientar que esta proposta, em nenhuma hipótese, visou regulamentar ou modificar qualquer atribuição administrativa do Órgão do Poder Executivo Municipal, senão integrar às tarefas já inerentes à Secretaria.

Nestes termos, em respeito ao empreendedorismo brasileiro, e a essa nova tendência de mercado, conto com o apoio dos nobres pares pela aprovação deste projeto de lei.



f DAVIESMAEL t DAVIESMAEL www.DAVIESMAEL.COM.BR

Câmara Municipal de Vitória  
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778  
Bento Ferreira - Vitória - ES  
CEP: 29.050-625 | (27) 3334-4516



Vereador  
**Davi ESmael**  
Deus é a nossa força.





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
235606		fl.

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE  
Em 21/2/17

INCLUA-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL  
Em 21/2/17

Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO  
Em 22/2/17

Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO  
Em 23/2/17

Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO  
Em 23/2/17

Presidente da Câmara









**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2356	07	Ar

Ào Vereador Leonil, Presidente da  
Comissão de Justiça, para avocar ou designar  
relator da matéria.

ATENDIMENTO

SAC

Em 06/03/17

SAC

Presidente Comissão

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até)

09/03/17

Secretaria do S.A.C.

Ass

DESIGNO PARA RELATAR NA  
COMISSÃO DE JUSTIÇA

EM, 07/03/17

Leonil  
PPS

Sandro Pavleni.

Ass

Prazo limite para devolução  
(Serviço de Apoio às Comissões até)

17/03/17

Secretaria do S.A.C.

Cos Del/SAC  
Após juntar os autos parecer do Relator  
encaminhamos o assunto.  
Em 17/03/2017.



Saul Siqueira  
Chefe de Gabinete  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



do Vereador Roberto Martins,

**CONCEDIDO VISTA**

Solicitado pelo Vereador .....

Presidente Comissão

Em 23/03/17

SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

23/03/17

Secretaria do S.A.C.

Amr





## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Projeto de Lei:** 78/2017

**Processo:** 2356/2017

**Autor:** Davi Esmael

**Ementa:** “Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como ‘Food Bike’ no Município e Vitória e dá outras providências”.

### **I – RELATÓRIO**

De autoria do Vereador Davi Esmael, o presente Projeto de Lei dispõe sobre o regramento para comercializar alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, conhecidos como ‘Food Bike’

O projeto conceitua o que seja “Food Bike”, e indica algumas regras que o Poder Executivo poderá acatar.

### **II – PARECER DO RELATOR**

O artigo 1º da proposição prevê:

*“Artigo 1º. Ficam estabelecidas as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como, “Food Bike”, no município de Vitória”.*

Muito embora na Ementa do Projeto tenha sido utilizado o termo **“Dispõe sobre as regras...”**, em seu art. 1º ficou registrado *“Ficam estabelecidas as regras...”*, termo que na realidade mudou o sentido do projeto, eis que se ao Vereador é permitido dispor sobre regras, podendo o Poder Executivo fazê-lo ou não, ao estabelecer regras estaria impondo a sua obediência, o que não é competência do Vereador no caso em tela.

As atribuições da Câmara Municipal estão previstas no Art. 64 e incisos e a competência privativa da Câmara Municipal está contida no Art. 65, incisos I a XXVIII, todos da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, com base nos dispositivos supra descritos da Lei Orgânica do Município de Vitória, resta evidenciado que não incumbe ao Poder Legislativo a iniciativa de leis que versem sobre a gestão municipal, devendo a redação

*Ans*



do artigo 1º ser modificada para figurar exatamente como consta da Ementa, pois caso permaneça a redação será julgado INCONSTITUCIONAL o artigo.

Quanto ao Parágrafo único do Art. 5º, o Projeto de Lei dispõe:

*“Parágrafo único. Fica terminantemente proibida a comercialização de bebidas, que contenham substância alcoólica”.*

Após análise do artigo supra descrito, resta patente a violação dos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, conforme previsão contida no título da “Ordem Econômica e Financeira” da Constituição da República, fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Assim, o parágrafo único do Art. 5º do projeto de lei em questão, viola a liberdade econômica do empresário, bem como afasta o seu domínio econômico, constitucionalmente garantido aos particulares.

Desta forma, é clara a violação aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, conforme dispõem o Art. 1º, IV e art. 170, *caput*, da Constituição da República, *in verbis*:

*“Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

*(...)*

*IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”;*

*“Art. 170 – A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios”;*  
*(...).”*

Assim sendo, deve ser suprimido o Parágrafo único do Art. 5º, por ferir os princípios ínsitos na Constituição da República Federativa do Brasil, já mencionados e caso permaneça será INCONSTITUCIONAL.

Nos termos da fundamentação supra, para que o Projeto de Lei seja julgado Constitucional, apresenta a seguir a seguinte emenda:

*CM*



**“Art. 1º. No Artigo 1º desta Lei onde consta “Ficam estabelecidas as regras” passa a vigorar com a seguinte redação: “Dispõe sobre as regras”.”**

**“Art. 2º. Ficam suprimidos da presente Lei os seguintes dispositivos:**

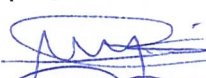
**I. Parágrafo único do Art. 5º;**


E assim, nos termos da fundamentação supra, após a análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição, considerando ser inconstitucional o dispositivo já mencionado, o Projeto deverá ser emendado.

De acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao artigo 61 da Resolução 1919/14, s.m.j., votamos pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei 78/2017, desde que seja acatada a EMENDA apresentada.

É o parecer.

Palácio Atílio Vivácqua, 15 de Março de 2017.

  
**Sandro Parrini**  
Vereador – PDT  
Comissão de Justiça - Relator

  
**Sandro Parrini**  
Vereador - PDT  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

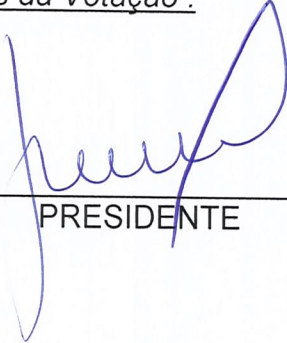
Matéria : Projeto de Lei nº 78/2017

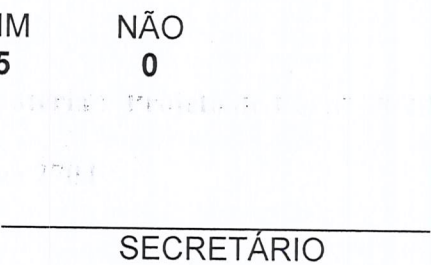
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA	
Processo	Rubrica
2356	Ar

Reunião : Comissão de Justiça 2704  
Data : 27/04/2017 - 15:13:24 às 15:18:16  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 5 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
30	Leonil	PPS	Sim	15:18:05
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Sim	15:18:01
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	15:18:01
34	Roberto Martins	PTB	Sim	15:18:10
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	15:18:05

Totais da Votação :  
SIM 5 NÃO 0 TOTAL 5

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2356	12	As

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Políticas Urbanas

Ac. Sr. Vereador Davi Esmael

Designar relator

Em 08/05/2017

SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

11/05/17

Secretaria do S.A.C.

Ass

Ao SAC,

Designo o vereador Marcelino dos Anjos para relatar no projeto em questão.

Em,

09/05/2017

Após Enviar ao SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

13/06/17

Secretaria do S.A.C.

Ass



Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
2356	13	4

**Processo nº:** 2356/2017  
**Projeto de Lei nº:** 78/2017  
**Autor:** Davi Esmael

## **P A R E C E R**

Da COMISSÃO DE POLÍTICAS URBANAS na forma do Art. 71 da Resolução nº 1.919/2014, sobre o Projeto de Lei nº 78/2017, de autoria do Vereador Davi Esmael, que “dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos, ou quadriciclos, popularmente conhecidos como Food Bike, no Município de Vitória, e dá outras providências”

**Relator:** Vereador Mazinho dos Anjos

### **I – Relatório:**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Davi Esmael, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos, ou quadriciclos, popularmente conhecidos como Food Bike, no Município de Vitória.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou parecer pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria.

Após trâmite regular, o Projeto foi encaminhado a este gabinete para emissão de parecer.

É o relatório, passo a opinar.

### **II – Parecer do Relator:**

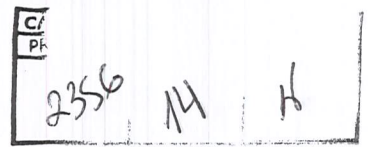
Em detida análise do Projeto de Lei, será emitido parecer técnico opinativo, conforme preceitua os incisos do artigo 71 da Resolução nº 1.919/2014, que estabelece a competência da Comissão de Políticas Urbanas.

N.B.T





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo



O Projeto de lei tem como objetivo regular o “Food Bike”, veículos destinados à comercialização de gêneros alimentícios de caráter eventual e de modo estacionário, não possuindo ponto fixo.

Segundo o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, os trabalhadores autônomos já representam em torno de 2% da população. Apesar de ser uma atividade antiga, os modelos de venda de “comida de rua” iniciaram um processo de inovação, criando e popularizando a figura do “Food Truck” e “Food Bikes”.

O “Food Truck” e a “Food Bike” são uma forma inovadora de se melhorar a qualidade dos serviços prestados, e retirar da informalidade muitos comerciantes que poderão recolher impostos e contribuições sociais.

Além disso, a informalidade representa concorrência desleal com os restaurantes e lanchonetes. Assim, uma atividade econômica que tem gerado muitos empregos, não pode continuar a carecer de uma regulamentação do poder público.

**Por fim, vale ressaltar que o poder executivo deve resguardar e regularizar a “Food Bike”, por meio de normas técnicas, preservando a segurança dos consumidores, e os comerciantes já estabelecidos.**

Tomando como exemplo os “Food Trucks”, a Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda – SEMTTRE, com o apoio da SEDEC, mapeou toda a cidade de Vitória, definindo os pontos em que os *trucks* podem ficar. O objetivo da ação foi principalmente evitar concorrência desleal com estabelecimentos fixos, que sustentam diversos ônus tributários e administrativos. Assim, entendemos que deve haver o cuidado de ser adotada a mesma sistemática para as bikes.

Pelo exposto, **OPINAMO PELA APROVAÇÃO da matéria.**

É o parecer.

Vitória, 16 de Agosto de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
**Vereador Mazinho dos Anjos**

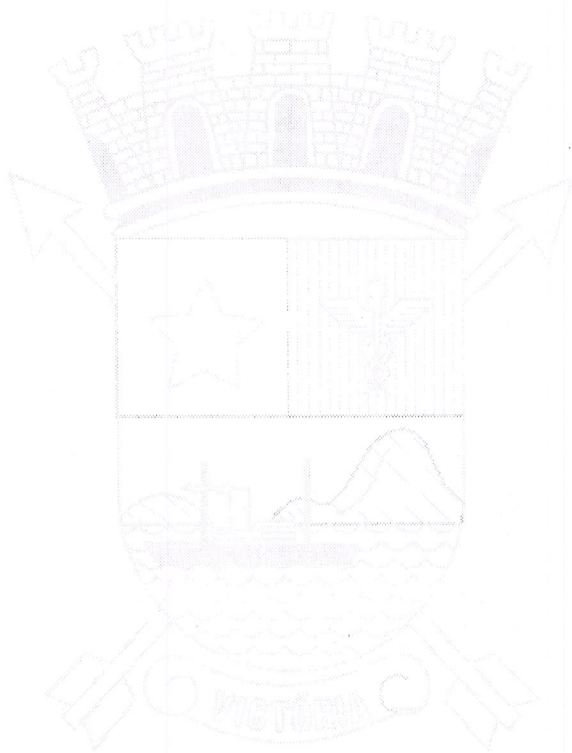
N.B.T

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
256	15	16

Encaminho ao SAC,  
d' parecer. Em 16/08/17.

*[Assinatura]*





Reunião : Comissão de Políticas Urbanas 0609  
Data : 06/09/2017 - 14:42:05 às 14:42:55  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 3 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	ASSINATURA	RUBRICA
2350	Nb	pb

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PP	Sim	14:42:38
17	Davi Esmael	PSB	Sim	14:42:33
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	14:42:51

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	3	0	3



PRESIDENTE

SECRETÁRIO



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
2550	12	15

Jo Liel,

Ao Sr. (a): Suelvan Mantel  
Para providenciar a extração do avulso.

Em 11/09/17  
SAC  
Juicy

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 11 / 09 / 2017

Ana Carolina Alves  
ASSINATURA





Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Assinatura
2356	18	

**Câmara Municipal de Vitória**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

**115/2017**

PROCESSO	2356/2017.
PROJETO DE LEI	78/2017.
EMENTA	Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como “Food Bike”, no Município de Vitória e dá outras providências.
INICIATIVA	Davi Esmael.
PARECER	Comissão de Constituição e Justiça – Pela Constitucionalidade e Legalidade. Comissão de Políticas Urbanas – Pela Aprovação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Câmara Municipal de Vitória  
Prédio: Fone: Rubrica:  
2356 19 20

INCLUI-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 19/04/2018

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

Ao DEL  
APROVADO COM EMENDA, ENCAMINHA-SE  
À COMISSÃO JUSTIÇA PARA REDAÇÃO FINAL.  
Em, 19/04/2018

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

À Secretaria das Comissões Permanentes  
Para encaminhar a Comissão de JUSTIÇA

Em 20/04/2018

\_\_\_\_\_  
Diretor do DEL

Para fins de  
Redação final (observar  
Emenda de fl. 10).

Ao Sr. Presidente da Comissão de Justiça,  
para designar Relator, nesta data.

Em, 23/04/18

Secretaria das Comissões

*Ass*

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

26/04/18

Secretaria do S.A.C.

*Ass*



DESIGNO PARA RELATAR NA  
COMISSÃO DE JUSTIÇA

EM, 26 / 04 / 08

Leonil  
PPS

Maiores dos Anjos para fins de  
redação final.

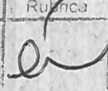
Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

14/05/08

Secretaria do S.A.C.

*Am*


Matéria : Projeto de Lei nº 78/2017  
Autoria : Davi Esmael

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Reúna
2356	20	

Reunião : 31º Sessão Ordinária  
Data : 19/04/2018 - 17:46:41 às 17:47:13  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 10 Parlamentares

N.º Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PROG	Sim	17:46:48
33	Dalto Neves	PTB	Sim	17:46:49
17	Davi Esmael	PSB	Sim	17:46:54
29	Denninho Silva	PPS	Não Votou	
7	Fabício Gandini	PPS	Não Votou	
30	Leonil	PPS	Sim	17:46:55
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Sim	17:46:55
9	Max da Mata	PSDB	Sim	17:47:04
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Não Votou	
31	Nathan Medeiros	PSB	Sim	17:46:49
11	Neuzinha	PSDB	Não Votou	
34	Roberto Martins	PTB	Não Votou	
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	17:46:51
21	Vinicius Simões	PPS	Não Votou	
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	17:46:52

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	9	0	9

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO



Ap DEL/SAC

com Redação Final

em 07/05/18

*Mazinho dos Anjos*

Mazinho dos Anjos  
Vereador - PSD  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA







Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2356	21	

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação**  
**Gabinete do Vereador Mazinho dos Anjos**

PROCESSO N°.....: 2356/2017

PROJETO DE LEI N°.: 78/2017

AUTOR.....: Davi Esmael Menezes de Almeida

ASSUNTO.....: Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bikes", no Município de Vitória, e dá outras providências.

**R E D A Ç Ã O F I N A L**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO na forma do Art. 61, inciso IV da Resolução n° 1.919/2014, sobre o Projeto de Lei n° 78/2017, de autoria do vereador Davi Esmael Menezes de Almeida que "Dispõe sobre a denominação da Escadaria sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como 'Food Bikes', no Município de Vitória, e dá outras providências".

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Davi Esmael Menezes de Almeida, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bikes", no Município de Vitória, e dá outras providências.

Em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável condicionado à emenda modificativa do Vereador Sandro Parrini (voto em separado fls. 8/10).

Encaminhada novamente à Comissão de Constituição e Justiça para redação final.

É o relatório. Passo a redação.

Palácio Atílio Vivacqua, 03 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Mazinho dos Anjos**  
**Vereador - PSD**





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação  
Gabinete do Vereador Mazinho dos Anjos**

**PROJETO DE LEI Nº 78/2017**

**Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bikes", no Município de Vitória, e dá outras providências.**

Art. 1º. Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bikes", no município de Vitória.

Art. 2º. Esta lei tem como objetivo geral fomentar o empreendedorismo, propiciar oportunidades de formalização e promover o uso democrático, organizado e inclusivo do espaço público.

Art. 3º. Entende-se como "Food Bikes" o veículo de propulsão humana destinado à comercialização de gêneros alimentícios de caráter eventual e de modo estacionário, não possuindo ponto fixo, nem mesmo concorrendo com o comércio local de forma permanente.

§1º. O veículo que trata esta Lei poderá conter duas, três ou quatro rodas, sendo a traseira acionada por um sistema de pedais que movimentam uma corrente transmissora a ser utilizada para comércio de alimentos e bebidas, nos termos desta lei.

§2º. O Poder Executivo poderá restringir áreas específicas em que a atividade que trata esta lei será vedada.

§3º. O Município poderá definir padronização de categorias de veículos, observada a definição contida nesta lei.

Art. 4º. Não há restrição ao tempo de permanência do "Food Bike" no local de exercício de suas atividades, ressalvado, no que couber, à lei federal, estadual e municipal.

Art. 5º. Esta lei aplica-se a toda comercialização de alimentos ou bebidas, de qualquer natureza, realizada através dos veículos descritos no artigo 3º, desta lei, desde que não sejam proibidos pela legislação brasileira.

Art. 6º. O comércio de alimentos e bebidas que trata esta lei dependerá da autorização concedida pelo órgão municipal competente.



Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rúbrica
2356	22	

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação  
Gabinete do Vereador Mazinho dos Anjos**

Parágrafo único. A ocupação do espaço público ou privado pelos veículos poderá ser concedida a pessoa física ou jurídica que exercerá tal comércio.

Art. 7º. Da autorização concedida, deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I - cópia da carteira de identidade;

II - 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

III - comprovante de residência do comerciante ou responsável;

IV - nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio, no caso de pessoa jurídica, ou CPF, na hipótese de pessoa física.

Art. 8º. A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo por descumprimento das obrigações assumidas em decorrência de sua outorga, bem como em atendimento ao interesse público, mediante regular processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao interessado.

Art. 9º. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias, a fiscalização sobre a produção e o comércio dos gêneros alimentícios e bebidas que tratam esta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas a serem ingeridas pelo homem, vedado o comércio de medicamentos, com a ressalva do parágrafo único do artigo 5º, desta lei.

Art. 10. É proibido vender, ou expor à venda, em qualquer época do ano, alimentos deteriorados, falsificados ou nocivos à saúde ou ainda acondicionados sem necessário cuidado higiênico, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da Fiscalização Municipal de Vitória e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

Art. 11. A venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, só será permitida quando acondicionados em local apropriado, devidamente vistoriado, pela Vigilância Sanitária Municipal de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada de poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

Art. 12. O Município poderá restringir, de forma mais preciosa, os tipos de alimentos que poderão ser comercializados nos veículos que trata desta lei.





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação  
Gabinete do Vereador Mazinho dos Anjos**

Art. 13. As informações sobre os alimentos e bebidas comercializados deverão ser disponibilizadas pelos comerciantes aos consumidores, na forma preceituada pelas normas de legislação sanitária de âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 14. A comercialização regulamentada nesta lei não poderá ocorrer:

I - a menos de 100 (cem) metros de lanchonetes, bares, restaurantes e similares que ofereçam os mesmos produtos ou congêneres, exceto se previamente acordado com os proprietários dos referidos estabelecidos;

II - em local que possa dificultar a passagem de pedestres.

Art. 15. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras de ocupação e comercialização de alimentos em vias e logradouros públicos nos termos fixados nesta lei, sem prejuízo a outras legislações vigentes, ficando os infratores sujeitos às penalidades descritas na Lei Municipal n. 6.080/2003.

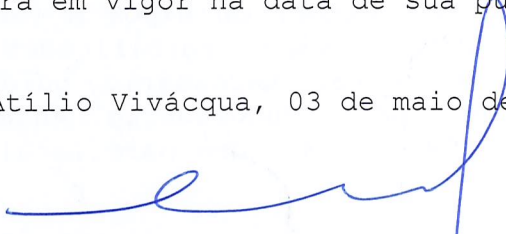
Art. 16. É permitida a permanência simultânea de "Food Bike" e "Food Truck" em uma mesma localidade, desde que ambos sejam compatíveis com o evento a ser realizado na região.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal definirá, através de decreto, os locais em que será vedado o comércio que trata esta lei.

Art. 18. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 03 de maio de 2018.

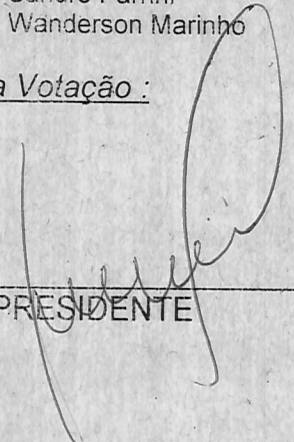
  
\_\_\_\_\_  
**Mazinho dos Anjos**  
**Vereador - PSD**

Matéria : RF Projeto de Lei nº 78/2017

Reunião : Comissão de Justiça 1705  
Data : 17/05/2018 - 14:39:29 às 14:40:40  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 5 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	14:40:35
30	Leonil	PPS	Sim	14:40:13
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	14:40:14
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	14:40:19
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	14:40:18

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	5	0	5

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Jo Ael,

Ao Sr. (a): Sulivan Mendes  
Para providenciar a extração do avulso. Redação Final.

Em 17/05/18

De/D/SAC

Guilherme

Sr. Diretor, devidamente providenciado

Em, 21/05/18

Guilherme

ASSINATURA



**Câmara Municipal de Vitória**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**  
**064/2018**

<b>PROCESSO</b>	2356/2017
<b>PROJETO DE LEI</b>	78/2017
<b>EMENTA</b>	Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecido como “ Food Bike “ no Município de Vitória e dá outras providências.
<b>INICIATIVA</b>	Davi Esmael.
<b>PARECER</b>	Comissão de Constituição e Justiça – Redação Final.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 31 / 10 / 2018

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

**APROVADO REDAÇÃO FINAL**

Em 31 / 10 / 2018

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA C.M.V.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA  
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em, 31 / 10 / 2018

\_\_\_\_\_  
Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Pedro Endlich Santos  
Para extração do Autógrafo de Lei e  
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 01 / 11 / 2018

\_\_\_\_\_  
Diretor DEL

Reunião :

Data :

Tipo :

Turno :

Quorum :

Total de Presentes : 10 Parlamentares

110ª Sessão Ordinária

31/10/2018 - 16:14: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Simbólica

Ata

# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

N.Ordem Nome do Parlamentar

35 Cleber Felix  
33 Dalto Neves  
17 Davi Esmael  
29 Denninho Silva  
7 Fabrício Gandini  
30 Leonil  
24 Luiz Paulo Amorim  
9 Max da Mata  
32 Mazinho dos Anjos  
31 Nathan Medeiros  
11 Neuzinha  
34 Roberto Martins  
28 Sandro Parrini  
21 Vinicius Simões  
20 Wanderson Marinho

Partido

PROG

PTB

PSB

PPS

PPS

PPS

PV

PSDB

PSD

PSB

PSDB

PTB

PDT

PPS

PSC

Voto

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Simbólico

Horário

Totais da Votação :

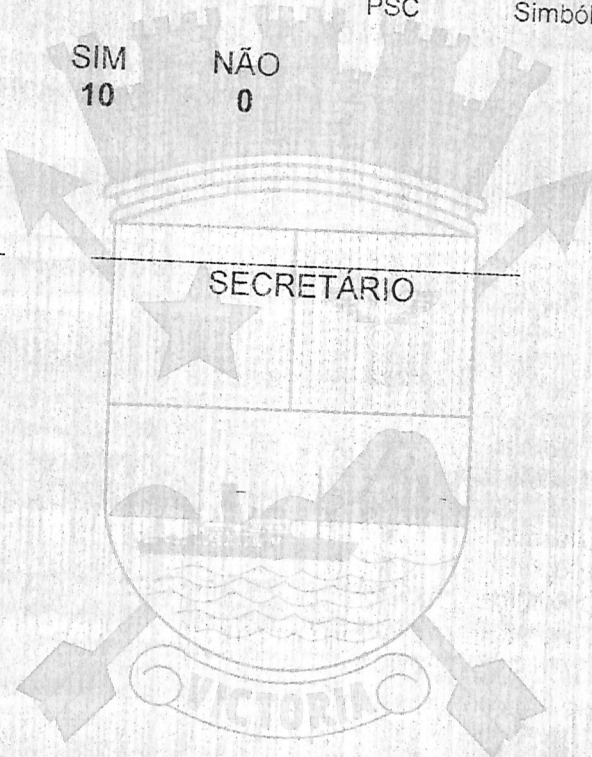
SIM  
10

NÃO  
0

TOTAL  
10

PRESIDENTE

SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE. AUT. Nº 299

Vitória, 05 de Novembro de 2018.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 11.074/2018, referente ao Projeto de Lei nº 78/2017, de autoria do Vereador Davi Esmael**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 31 de Outubro de 2018.

Atenciosamente,

  
Vinícius Simões  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Proc. Nº 2356/2017 - CMV/DEL

Processo: **6554300/2018** Prioridade: **EXPRESSA**  
Data: 06/11/2018 Hora: 17:50  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI  
  
Documento: OFÍCIO - 299/2018  
Destino: **SEGOV/SUB-RI**  
Volume: 01/01



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 11.074

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 78/2017**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica

Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bike", no Município de Vitória, e dá outras providências.

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bike", no Município de Vitória.

**Art. 2º.** Esta Lei tem como objetivo geral fomentar o empreendedorismo, propiciar oportunidades de formalização e promover o uso democrático, organizado e inclusivo do espaço público.

**Art. 3º.** Entende-se que como "Food Bike" o veículo de propulsão humana destinado à comercialização de gêneros alimentícios de caráter eventual e de modo estacionário, não possuindo ponto fixo nem mesmo concorrendo com o comércio local de forma permanente.

**§ 1º.** O veículo que trata esta Lei, poderá conter duas, três ou quatro rodas, sendo a traseira acionada por um sistema de pedais que movimentam uma corrente transmissora a ser utilizada para comércio de alimentos e bebidas, nos termos desta Lei.



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

**§ 2º.** O Poder Executivo poderá restringir áreas específicas em que a atividade que trata esta Lei será vedada.

**§ 3º.** O Município poderá definir a padronização de categorias de veículos, observada a definição contida nesta Lei.

**Art. 4º.** Não há restrição ao tempo de permanência do "Food Bike" no local de exercício de suas atividades, ressalvado, no que couber, à Lei Federal, Estadual e Municipal.

**Art. 5º.** Esta Lei aplica-se a toda comercialização de alimentos ou bebidas, de qualquer natureza, realizada através dos veículos descritos no Artigo 3º, desta Lei, desde que não sejam proibidos pela Legislação Brasileira.

**Art. 6º.** O comércio de alimentos e bebidas que trata esta Lei dependerá da autorização concedida pelo Órgão Municipal Competente.

**Parágrafo único.** A ocupação do espaço público ou privado pelos veículos poderá ser concedida a pessoa física ou jurídica que exercerá tal comércio.

**Art. 7º.** Da autorização concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

**I** – Cópia da carteira de identidade;

**II** – 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

**III** – Comprovante de residência do comerciante ou responsável;

# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**IV** - Nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio, no caso de pessoa jurídica, ou CPF, na hipótese de pessoa física.

**Art. 8º.** A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo por descumprimento das obrigações assumidas em decorrência de sua outorga, bem como em atendimento ao interesse público, mediante regular processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao interessado.

**Art. 9º.** A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias, a fiscalização sobre a produção e o comércio dos gêneros alimentícios e bebidas que tratam esta Lei.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas a serem ingeridas pelo homem, vedado o comércio de medicamentos, com a ressalva do parágrafo único do artigo 5º, desta Lei.

**Art 10.** É proibido vender, ou expor à venda, em qualquer época do ano, alimentos deteriorados, falsificados ou nocivos à saúde ou ainda acondicionados sem necessário cuidado higiênico, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da Fiscalização Municipal de Vitória e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

**Art 11.** A venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata só será permitida quando acondicionados em local apropriado, devidamente vistoriado, pela Vigilância Sanitária Municipal de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada de poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Art 12.** O Município poderá restringir, de forma mais precisa, os tipos de alimentos que poderão ser comercializados nos veículos que trata esta Lei.

**Art 13.** As informações sobre os alimentos e bebidas comercializados deverão ser disponibilizados pelos comerciantes aos consumidores, na forma preceituada pelas normas de legislação sanitária de âmbito federal, estadual e municipal.

**Art 14.** A comercialização regulamentada nesta Lei não poderá ocorrer:

**I** – A menos de 100 (cem) metros de lanchonetes, bares, restaurantes e similares que ofereçam os mesmos produtos ou congêneres, exceto se previamente acordado com os proprietários dos referidos estabelecimentos;

**II** – Em local que possa dificultar a passagem de pedestres.

**Art 15.** Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras de ocupação e comercialização de alimentos em vias e logradouros públicos nos termos fixados nesta Lei, sem prejuízo a outras legislações vigentes, ficando os infratores sujeitos às penalidades descritas na Lei Municipal nº 6.080/2003.

**Art 16.** É permitida a permanência simultânea de “Food Bike” e “Food Truck” em uma mesma localidade, desde que ambos sejam compatíveis com o evento a ser realizado na região.

**Art 17.** O Poder Executivo Municipal definirá através de decreto, os locais em que será vedado o comércio que trata esta Lei.

**Art 18.** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

**Art 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

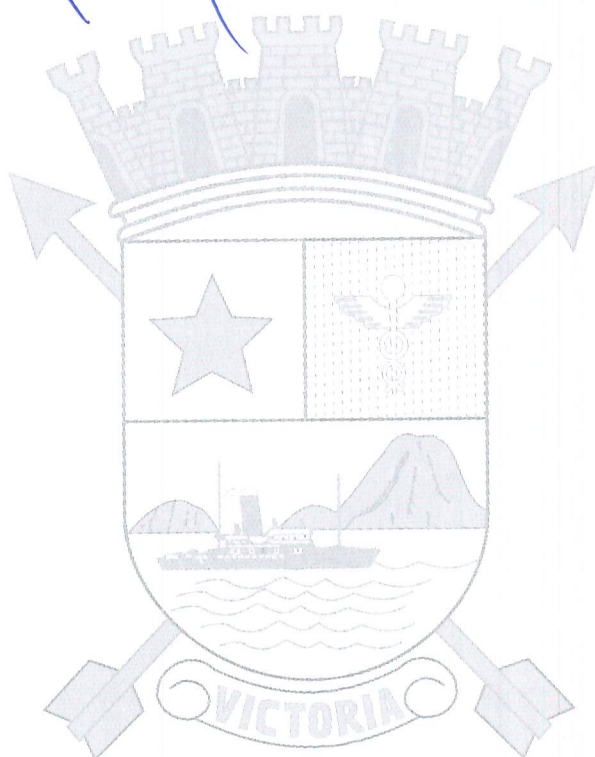
Palácio Atílio Vivácqua, 05 de Novembro de 2018

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

Wanderson José da Silva Marinho  
**1º SECRETÁRIO**

Leonil Dias da Silva  
**2º SECRETÁRIO**

Adalto Bastos das Neves  
**3º SECRETÁRIO**





## **DESPACHO**

Transcorrido, *in albis*, o prazo de sanção e veto por parte do Prefeito Municipal, tem-se que ocorreu à sanção tácita na forma do § 1º do Art. 83 da Lei Orgânica Municipal. Transcorrido, ainda, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da promulgação da Lei por parte do prefeito municipal, encaminhe-se ao Presidente da Câmara para promulgar e publicar a Lei, na forma do Art. 83, § 7º, da Lei Orgânica Municipal de Vitória.

Em 06 de Dezembro de 2018.

  
**SULLIVAN MANOLA**  
Diretor do Departamento Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## **LEI Nº 9.354**

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**“Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como “Food Bike”, no Município de Vitória, e dá outras providências.**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como “Food Bike”, no Município de Vitória.

**Art. 2º.** Esta Lei tem como objetivo geral fomentar o empreendedorismo, propiciar oportunidades de formalização e promover o uso democrático, organizado e inclusivo do espaço público.

**Art. 3º.** Entende-se que como “Food Bike” o veículo de propulsão humana destinado à comercialização de gêneros alimentícios de caráter eventual e de modo estacionário, não possuindo ponto fixo nem mesmo concorrendo com o comércio local de forma permanente.

**§ 1º.** O veículo que trata esta Lei, poderá conter duas, três ou quatro rodas, sendo a traseira acionada por um sistema de pedais que movimentam uma corrente transmissora a ser utilizada para comércio de alimentos e bebidas, nos termos desta Lei.

**§ 2º.** O Poder Executivo poderá restringir áreas específicas em que a atividade que trata esta Lei será vedada.

**§ 3º.** O Município poderá definir a padronização de categorias de veículos, observada a definição contida nesta Lei.

**Art. 4º.** Não há restrição ao tempo de permanência do "Food Bike" no local de exercício de suas atividades, ressalvado, no que couber, à Lei Federal, Estadual e Municipal.

**Art. 5º.** Esta Lei aplica-se a toda comercialização de alimentos ou bebidas, de qualquer natureza, realizada através dos veículos descritos no Artigo 3º, desta Lei, desde que não sejam proibidos pela Legislação Brasileira.

**Art. 6º.** O comércio de alimentos e bebidas que trata esta Lei dependerá da autorização concedida pelo Órgão Municipal Competente.

**Parágrafo único.** A ocupação do espaço público ou privado pelos veículos poderá ser concedida a pessoa física ou jurídica que exercerá tal comércio.

**Art. 7º.** Da autorização concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

**I** – Cópia da carteira de identidade;

**II** – 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

**III** – Comprovante de residência do comerciante ou responsável;



**IV** - Nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio, no caso de pessoa jurídica, ou CPF, na hipótese de pessoa física.

**Art. 8º.** A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo por descumprimento das obrigações assumidas em decorrência de sua outorga, bem como em atendimento ao interesse público, mediante regular processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao interessado.

**Art. 9º.** A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias, a fiscalização sobre a produção e o comércio dos gêneros alimentícios e bebidas que tratam esta Lei.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas a serem ingeridas pelo homem, vedado o comércio de medicamentos, com a ressalva do parágrafo único do artigo 5º, desta Lei.

**Art 10.** É proibido vender, ou expor à venda, em qualquer época do ano, alimentos deteriorados, falsificados ou nocivos à saúde ou ainda acondicionados sem necessário cuidado higiênico, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da Fiscalização Municipal de Vitória e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

**Art 11.** A venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata só será permitida quando acondicionados em local apropriado, devidamente vistoriado, pela Vigilância Sanitária Municipal de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada de poeira e da ação do tempo ou de

elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

**Art 12.** O Município poderá restringir, de forma mais precisa, os tipos de alimentos que poderão ser comercializados nos veículos que trata esta Lei.

**Art 13.** As informações sobre os alimentos e bebidas comercializados deverão ser disponibilizados pelos comerciantes aos consumidores, na forma preceituada pelas normas de legislação sanitária de âmbito federal, estadual e municipal.

**Art 14.** A comercialização regulamentada nesta Lei não poderá ocorrer:

**I** – A menos de 100 (cem) metros de lanchonetes, bares, restaurantes e similares que ofereçam os mesmos produtos ou congêneres, exceto se previamente acordado com os proprietários dos referidos estabelecimentos;

**II** – Em local que possa dificultar a passagem de pedestres.

**Art 15.** Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras de ocupação e comercialização de alimentos em vias e logradouros públicos nos termos fixados nesta Lei, sem prejuízo a outras legislações vigentes, ficando os infratores sujeitos às penalidades descritas na Lei Municipal nº 6.080/2003.

**Art 16.** É permitida a permanência simultânea de "Food Bike" e "Food Truck" em uma mesma localidade, desde que ambos sejam compatíveis com o evento a ser realizado na região.

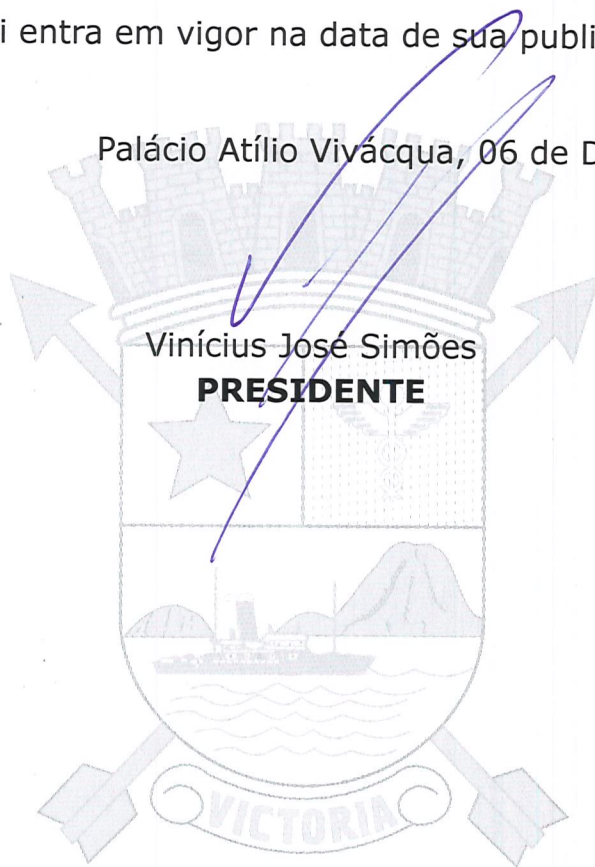
**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Art 17.** O Poder Executivo Municipal definirá através de decreto, os locais em que será vedado o comércio que trata esta Lei.

**Art 18.** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 06 de Dezembro de 2018.







# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 901 Ano VI

Vitória (ES), Segunda-feira, 10 de Dezembro de 2018

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

### LEI Nº 9.354

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**"Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bike", no Município de Vitória, e dá outras providências.**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas as regras para comercialização de alimentos e bebidas em bicicletas, triciclos ou quadriciclos, popularmente conhecidos como "Food Bike", no Município de Vitória.

**Art. 2º.** Esta Lei tem como objetivo geral fomentar o empreendedorismo, propiciar oportunidades de comercialização e promover o uso democrático, organizado e inclusivo do espaço público.

**Art. 3º.** Entende-se que como "Food Bike" o veículo de propulsão humana destinado à comercialização de gêneros alimentícios de caráter eventual e de modo estacionário, não possuindo ponto fixo nem mesmo concorrendo com o comércio local de forma permanente.

**§ 1º.** O veículo que trata esta Lei, poderá conter duas, três ou quatro rodas, sendo a traseira acionada por um sistema de pedais que movimentam uma corrente transmissora a ser utilizada para comércio de alimentos e bebidas, nos termos desta Lei.

**§ 2º.** O Poder Executivo poderá restringir áreas específicas em que a atividade que trata esta Lei será vedada.

**§ 3º.** O Município poderá definir a padronização de categorias de veículos, observada a definição contida nesta Lei.

**Art. 4º.** Não há restrição ao tempo de permanência do "Food Bike" no local de exercício de suas atividades, ressalvado, no que couber, à Lei Federal, Estadual e Municipal.

**Art. 5º.** Esta Lei aplica-se a toda comercialização de alimentos ou bebidas, de qualquer natureza, realizada através dos veículos descritos no Artigo 3º, desta Lei, desde que não sejam proibidos pela Legislação Brasileira.

**Art. 6º.** O comércio de alimentos e bebidas que trata esta Lei dependerá da autorização concedida pelo Órgão Municipal Competente.

**Parágrafo único.** A ocupação do espaço público ou privado pelos veículos poderá ser concedida a pessoa física ou jurídica que exercerá tal comércio.

**Art. 7º.** Da autorização concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

**I** – Cópia da carteira de identidade;

**II** – 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

**III** – Comprovante de residência do comerciante ou responsável;



# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 901 Ano VI

Vitória (ES), Segunda-feira, 10 de Dezembro de 2018

**IV** - Nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio, no caso de pessoa jurídica, ou CPF, na hipótese de pessoa física.

**Art. 8º.** A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo por descumprimento das obrigações assumidas em decorrência de sua outorga, bem como em atendimento ao interesse público, mediante regular processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao interessado.

**Art. 9º.** A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias, a fiscalização sobre a produção e o comércio dos gêneros alimentícios e bebidas que tratam esta Lei.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas a serem ingeridas pelo homem, vedado o comércio de medicamentos, com a ressalva do parágrafo único do artigo 5º, desta Lei.

**Art 10.** É proibido vender, ou expor à venda, em qualquer época do ano, alimentos deteriorados, falsificados ou nocivos à saúde ou ainda acondicionados sem necessário cuidado higiênico, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da Fiscalização Municipal de Vitória e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

**Art 11.** A venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata só será permitida quando acondicionados em local apropriado, devidamente vistoriado, pela Vigilância Sanitária Municipal de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada de poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

**Art 12.** O Município poderá restringir, de forma mais precisa, os tipos de alimentos que poderão ser comercializados nos veículos que trata esta Lei.

**Art 13.** As informações sobre os alimentos e bebidas comercializados deverão ser disponibilizados pelos comerciantes aos consumidores, na forma preceituada pelas normas de legislação sanitária de âmbito federal, estadual e municipal.

**Art 14.** A comercialização regulamentada nesta Lei não poderá ocorrer:

**I** – A menos de 100 (cem) metros de lanchonetes, bares, restaurantes e similares que ofereçam os mesmos produtos ou congêneres, exceto se previamente acordado com os proprietários dos referidos estabelecimentos;

**II** – Em local que possa dificultar a passagem de pedestres.

**Art 15.** Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras de ocupação e comercialização de alimentos em vias e logradouros públicos nos termos fixados nesta Lei, sem prejuízo a outras legislações vigentes, ficando os infratores sujeitos às penalidades descritas na Lei Municipal nº 6.080/2003.

**Art 16.** É permitida a permanência simultânea de "Food Bike" e "Food Truck" em uma mesma localidade, desde que ambos sejam compatíveis com o evento a ser realizado na região.

**Art 17.** O Poder Executivo Municipal definirá através de decreto, os locais em que será vedado o comércio que trata esta Lei.

**Art 18.** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



# DIÁRIO OFICIAL CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA LEGISLATIVO MUNICIPAL

[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 901 Ano VI

Vitória (ES), Segunda-feira, 10 de Dezembro de 2018

Palácio Atílio Vivácqua, 06 de Dezembro de 2018.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

## LEI Nº 9.355

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

### **ADICIONA O ART. 1º-A NA LEI 5.759, DE 23 DE OUTUBRO DE 2002.**

**Art. 1º.** Institui o Art. 1º-A na Lei 5.759, de 23 de outubro de 2002.

**Art. 1º-A.** Nas feiras do programa "Artes na Praça" deverá conter um espaço para a comercialização de produtos destinados a públicos com restrição alimentar.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal regulamentará, por meio de decreto municipal:

I – A quantidade de barracas e sua qualidade;

II-A localização das barracas, respeitando as particularidades de cada restrição alimentar;

III-O modo de fiscalização para que o produto seja comprovadamente livre dos alimentos indevidos para dietas de restrição alimentar.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 06 de Dezembro de 2018.

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

## LEI Nº 9.353

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

### **"Dispõe sobre a divulgação do itinerário dos serviços de varrição e limpeza nos logradouros de todos os bairros de Vitória/ES e dá outras providências."**

**Art.1º.** Dispõe sobre a divulgação do itinerário dos serviços de varrição e limpeza nos logradouros de todos os bairros de Vitória/ES, para que os munícipes possam acompanhar e até mesmo fiscalizar o cumprimento da efetiva varredura nos dias e locais definidos.

**Parágrafo Único.** As divulgações serão realizadas através do site da Prefeitura Municipal de Vitória, bem como do aplicativo oficial, Vitória Online.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE.ENC.LEIS Nº 039

Vitória, 11 de Dezembro de 2018.

Assunto: **Lei Promulgada**

Senhor Prefeito,

Encaminho a V. Exa. a **Lei nº 9.354/2018**, referente ao **Projeto de Lei nº 78/2017**, de autoria do **Vereador Davi Esmael** publicada no Diário Oficial Legislativo Municipal de 10 de Dezembro de 2018.

Atenciosamente,

Vinícius José Simões  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Proc. Nº2356 /2017 – CMV

Processo. **7280259/2018** Prioridade: **NORMAL**  
Data: 12/12/2018 Hora: 16:46  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: INFORMAÇÃO

Documento. OFÍCIO - 039/2018  
Destino **SEGOV/SUB-RI**  
Volume: 01/01





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

Sr. Diretor

Encaminhamento para expediente externo

A Lei Promulgada nº 4.354

Em, 13 / 12 / 2018

*Leiteiro Couto*

INCLuíDO NO EXPEDIENTE EXTERNO

EM, 13 / 12 / 2018

*[Signature]*  
DIRETOR/DEL

AO DEL

Para providenciar os demais encaminhamentos  
regimentais relativos ao presente processo.

Em, 13 / 12 / 2018

Presidente da Sessão

ARQUIVE SE

Em, 18 / 12 / 2018



*Sullivan Manola*

Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA